

A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SÉCULO XXI: REFLEXOS NEOLIBERAIS NA REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, PIBIC.

Daniel Silva Brandão; Prof. Msc. Denilson Diniz Pereira.

Universidade Federal do Amazonas – UFAM, kasaimori.daniel@gmail.com, denilsondiniz@ufam.edu.br.

RESUMO: O atual cenário das universidades públicas no Brasil, revela a crise institucional que se constituiu em seu meio devido ao embate epistemológico entre redefinição e hegemonia, afetando assim diretamente a autonomia desta instituição na sociedade. A crise institucional que se instalou devido as implicações do movimento histórico entre Estado e do Mercado – no que se refere a Teoria Neoliberal – resultou na contradição da incapacidade da universidade pública em atender as demandas sociais do Estado e produzir mão-de-obra para o Mercado, fazendo assim com que os agentes econômicos e públicos busquem fora das universidades públicas novos meios de alcançarem seus objetivos. É nesse contexto, que surge a ideia de precarização das instituições públicas de ensino superior no Brasil, foco principal das discussões propostas neste trabalho. Para tal, o caminho das discussões presentes fora por meio da pesquisa bibliográfica, na qual foi utilizado autores que discutem a temática da universidade pública no século XXI e da precarização da educação. Produzindo resultados significantes a ressignificação do trabalho docente ante as políticas de redefinição de cunho neoliberal.

Palavras-chave: Universidade Pública. Hegemonia. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultado parcial do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC – “A precarização nas instituições de ensino superior: o neoliberalismo e a falta de perspectiva na docência?” e tem como objetivo geral dialogar sobre o cenário da universidade pública no século XXI no que tange as implicações da Teoria Neoliberal na reforma das Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES – no Brasil. No decorrer deste debate, propõe-se analisar as transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil na transição do final do século XX para o século XXI que sucederam em diversas reformas e redefinições no âmbito educacional e, que hoje geram o processo de sucateamento das esferas públicas sociais, tendo como foco principal, sua relação com as IPES. Para tal diálogo, é necessário ter em vista a percepção acerca de políticas educacionais brasileiras, desta forma, a compreensão do ideário neoliberal sobre o sistema de ensino superior será facilitado no sentido da construção de uma crítica reflexiva sobre tal.

Ao analisarmos o embate proposto entre reforma e hegemonia da universidade pública no Brasil, identifica-se o processo duradouro, profundo e contínuo da precarização ou sucateamento da

educação pública como artifício utilizado pelas políticas de redefinição inclusas no contexto da Teoria Neoliberal para a consecução dos objetivos propostos pela mesma. De tal maneira, ao verificarmos tal afirmativa, observa-se na gênese histórica brasileira, que este elemento torna-se indispensável no sentido de reproduzir e perpetuar os interesses da classe dominante, e que pode ser constatado na afirmativa de Mészáros (2005), quando o referido autor salienta a ideia de que a educação institucional nos últimos cento e cinquenta anos serviu apenas aos interesses do Mercado e a expansão do capitalismo. Diante do proposto, busca-se dialogar a educação pública – tendo como foco as Instituições Públicas de Ensino Superior – na perspectiva das políticas neoliberais, pois observa-se nessa particularidade do sistema educacional brasileiro os maiores índices que apontam a precarização.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS X POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Diante do contexto da precarização do sistema educacional brasileiro, surge alguns questionamentos devido a incapacidade da universidade pública na atualidade não ser capaz de atender e suprir tanto as demandas do Estado quanto as demandas do Mercado, tais como: A educação oferecida é um instrumento de superação das desigualdades sociais? O nível de escolaridade dos sujeitos atendidos pela mesma é suficiente ante suas realidades individuais dos sujeitos? Ou mesmo, se a educação institucional é capaz de promover o desenvolvimento econômico? Inicialmente, tais questionamentos nos permitem refletir sobre o quadro precarizado da educação pública presente na sociedade brasileira que perdura desde sua gênese histórica, porém este diagnóstico discutido por Mészáros (2005), Akkari (2011), Santos (2011) e Helene (2013) revelam que a educação deixa de ser um instrumento de superação das desigualdades sociais presentes em uma sociedade capitalista e reformada pelas políticas de cunho neoliberal e, torna-se um reproduzidor dos interesses das classes dominantes, contribuindo para sua perpetuação.

Antes de adentrarmos no antro das discussões propostas nesta pesquisa e tendo como forma de facilitarmos o entendimento de tal, debruçamo-nos inicialmente em compreender as políticas educacionais brasileiras no que tange os aspectos conceituais, estruturais, sócias e econômicos que a englobam e suas relações com as políticas reformistas de cunho neoliberal, desta forma o resultado do embate epistemológico produzido neste tópico entre as mesmas nos guiará sobre o decorrer das discussões.

No que se entende por políticas educacionais, Haddad (1995) expõe a concepção acerca de um conjunto de decisões que perpassa os sistemas político, social e econômico e que podem projetar ou até mesmo atrasar o desempenho da educação e seus respectivos sistemas na sociedade, sendo estas intrinsecamente ligadas (subordinadas) aos governos e deliberações externas, no que diz respeito às Instituições Financeiras Multilaterais que financiam a educação em países emergentes.

Em outras palavras, uma política educacional é um conjunto de decisões tomadas antecipadamente, para indicar as expectativas e orientações da sociedade em relação à escola. Uma política educacional visa assegurar a adequação entre as necessidades sociais de Educação e os serviços prestados pelos sistemas educacionais [...] (AKKARI, 2011, p. 12)

Diante da concepção apresentada por Akkari (2011), compreende-se por políticas educacionais um conjunto de políticas públicas e sociais adequadas as necessidades e realidades socioculturais, demográficas e econômicas de determinada sociedade, que visam assegurar a superação das desigualdades presentes na mesma, a manutenção e a melhoria do conhecimento técnico-científico, além de tornar-se um dos métodos utilizados para a promoção da econômica nacional por meio dos insumos humanos produzidos a partir das instituições escolares que após sua formação escolar estes suprirão as demandas do Mercado. No caso da educação, esta é caracterizada tanto por ser uma política pública quanto uma política social; pois como fator público, esta é formada por um conjunto de ações direcionadas a diversos setores da sociedade, e enquanto fator social determina a proteção das camadas sociais no sentido de diminuir as desigualdades produzidas pelas transformações políticas e socioeconômicas.

As políticas educacionais, ou a educação propriamente dita, perante os sinuosos meandros políticos, sociais e econômicos da sociedade no século XXI – tendo como foco as implicações da Teoria Neoliberal nos sistemas educacionais –, são vistas como forma de reprodução e perpetuação dos interesses das classes dominantes. Visto que diante do processo de acumulação capitalista, uma maior escolaridade (sendo esta defendida pelas políticas reformistas de cunho neoliberal) contribui para a formação de um trabalhador flexível, que se adapta rapidamente as demandas do Mercado, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do capital.

No que diz respeito aos problemas educacionais que se fazem presentes na realidade do Brasil (tais como evasão escolar, educação precarizada, falta de perspectiva tanto na superação das desigualdades sociais dos discentes quanto na docência) não se constata possíveis causadores dos mesmos que possam afetar o desenvolvimento do oferecimento e promoção da educação a

população, tendo em vista os padrões mínimos de qualidade de ensino (Helene, 2013). Dessa forma, buscaremos no decorrer deste debate com base em autores que discutem a educação na perspectiva do Mercado e da Teoria do Capital Humano, correlacionando-o as políticas de redefinição e reforma que estão inclusas na Teoria Neoliberal para responder o seguinte questionamento: Qual a relação das políticas neoliberais com a educação e qual o papel da universidade no século XXI?

A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI

Veremos que a partir meados do século XX, devido ao esgotamento dos modelos de acumulação capitalista e a crise do *Welfare State*, sucessivamente foi instaurada a crise estrutural econômica que assolou tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, em decorrência disso muitos desses aderiram aos empréstimos as Instituições Financeiras Multilaterais como forma de superar a crise, porém, em contrapartida, tais países tiveram de aderir às reformas propostas pelas instituições. No caso do Brasil, a adesão e implantação das políticas reformistas de cunho neoliberal deu-se apenas a partir da década de 1990, época do Governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, e tinha como objetivo reverter os efeitos da crise e fortalecer a economia nacional, a fim de torná-la capaz de competir no mercado internacional. Toussaint (2002) explica que os Estados-nações que aderiam a tais reformas estariam fadados a impossibilidade de não desenvolverem sua economia nacional, pois adesão as políticas reformistas de cunho neoliberal diante o discurso da globalização, livre concorrência e da expansão comercial, transformam os países em territórios economicamente abertos e suas econômicas nacionais em reservas de mão-de-obra barata e de recursos naturais. No sentido educacional, o processo de formação escolar agora volta-se para a competitividade, qualificação profissional e formação flexível abstrata e polivalente, isto é, o papel da educação na ótica neoliberal deixa de ser o de superação das desigualdades sociais e passa a assumir o papel prioritariamente de formação profissional (SILVA, 2003).

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente (SANTOS, 2011, p. 18).

Veremos no que foi exposto acima pelo referido autor que, a partir da adesão das políticas de cunho neoliberal iniciou-se uma onda de reforma no aparelho do Estado e sucessivamente na perda

de autonomia da universidade pública gerada pela criação e expansão do mercado universitário. De forma que poderemos interpretar a viabilização e aceitação da universidade na esfera privada como um exemplo visível da precarização do ensino superior na esfera pública, isto é, da baixa qualidade do ensino oferecido nas instituições públicas de ensino superior no século XXI. Mesmo após as declarações políticas de que a universidade pública não pode ser reformada, não podemos negar o visível estado precarizado em que a mesma se encontra após o processo de reforma estatal.

Helene (2013, p. 19) destaca que:

Assim, a expansão do ensino superior por meio do setor privado – coisa para a qual todos os governos federais e muito dos estaduais e municipais contribuíram durante o último meio século, e contribuíram a contribuir – comprometeu, de forma gravíssima, a qualidade do sistema. Esse comprometimento rebaixa as expectativas, tanto dos estudantes como da população em geral, quanto ao que é – ou deveria ser – um ensino universitário.

A hegemonia da universidade privada sobre a universidade pública deu-se pelo fato da construção de uma concepção de ineficiência e ineficácia do sistema educacional assim como dos serviços públicos em geral (CHAVES, 2005), mesmo que, tal cenário não deixe de ser resultados do processo de descentralização do poder do Estado, uma das ofensivas das políticas de reforma neoliberal. A crítica reflexiva que é construída nesse momento é que as políticas voltadas à educação superior são compreendidas a partir de vários mecanismos que sugerem a reforma nesse nível de ensino, de forma que seu oferecimento deve ser ofertado tanto pela esfera pública quanto privada. Em contrapartida disso, os governos brasileiros neoliberais (iniciando no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e tendo continuidade nos demais) vêm implementando e engendrando uma reforma nas universidades por meio de um profundo e contínuo processo de privatização, afetando principalmente à docência superior.

As políticas de expansão da educação superior, nesse contexto, configuram-se por meio de movimentos assíncronicos, caracterizando esse nível de ensino no país como amplo e heterogêneo, permeado por práticas de natureza pública e privada, com predominância destas últimas (DOURADO, 2002, p. 246).

CONCLUSÃO

As reformas ocorridas nas políticas educacionais brasileiras não podem ser compreendidas sem o devido debruçar em sua gênese histórica. No decorrer do proposto diálogo acerca das políticas neoliberais com a educação e seus reflexos na reforma das instituições públicas de ensino

superior passamos por um grande caminho para que os resultados das discussões fossem enfim alcançados. Foi mais do que importante antes de focarmos na reforma da universidade pública entendermos o movimento conceitual das políticas educacionais e as relações das políticas neoliberais com as mesmas, de forma com que todo o processo fosse compreendido com exatidão.

No fechamento do presente diálogo, não se pode deixar de ressaltar que caso o país continue a caminhar da forma com que caminha, o futuro da universidade pública será caótico, sendo que na atualidade, ante o embate do setor público e privado implicado pela reforma neoliberal para a hegemonia do Mercado sobre o Estado, o padrão educacional de qualidade de ensino é bastante baixo, o que preocupa bastante àqueles que lutam incansavelmente pela hegemonia da universidade pública no século XXI.

Não se pode negar que devido aos meandros sinuosos nas políticas educacionais brasileiras, tendo como foca a hegemonia da universidade pública em relação com o setor privado, que seu atual cenário é preocupante, visto que diante das novas exigências do capitalismo, a mesma encontra-se em um estado de derradeiras contradições entre atender as demandas do Estado ao mesmo tempo em que atende as demandas do Mercado, além de que devido às implicações das políticas reformistas de cunho neoliberal, observa-se o rápido crescimento e expansão do mercado educacional privado.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252.

HELENE, Otaviano. **Um diagnóstico da educação brasileira e de seu financiamento**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.